

Edição das obras completas de Rui Barbosa

Laura do Carmo

Soraia Farias Reolon

I. HISTÓRICO

A edição dos textos (preparação, publicação, difusão) das Obras Completas de Rui Barbosa (OCRB) é um trabalho de pesquisa que se mescla com a história da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Atualmente sob responsabilidade do Setor Ruiano, foi elemento motriz para a criação do Centro de Pesquisa dessa Fundação. Cabe à Casa de Rui promover “a publicação de seu arquivo e de suas obras completas” (Brasil, 1937). A coleção é constituída da produção intelectual de Rui Barbosa ao longo dos seus mais de 50 anos de vida pública (1865-1923). São textos jornalísticos, parlamentares, jurídicos, traduções, alguns poemas. Os temas variam e estão em consonância com as questões de sua época (educação, direitos humanos, reforma política, papel do Judiciário, legislação, abolicionismo etc.) e com as atividades que exerceu (advogado, jurisconsulto, jornalista, homem de Estado, parlamentar, diplomata).

Nos idos anos de 1930, quando se planejava a publicação dos textos de Rui, um dos primeiros desafios foi estabelecer os critérios de organização. Em 1937, sugere-se que os livros fossem ordenados em séries e por assuntos. Em 1941, no entanto, decidiu-se que a organização seria por ano (Brasil, 1941), em um total de 50 volumes. É importante esclarecer que os três primeiros volumes correspondem à produção inicial de Rui, em um período de 12 anos: desde o Ginásio Baiano, passando pelos tempos de faculdade, pelos primeiros anos do retorno à Bahia, até seu casamento (vol. 1. Trabalhos produzidos de 1865 a 1871; vol. 2. 1872 a 1874; vol. 3. 1875 e 1876). Do quarto volume em diante, cada ano de trabalho corresponde a um volume (vol. 4. 1877; vol. 5. 1878; [...] vol. 50. 1923). Cada volume é composto, geralmente, por mais de um livro físico. Esses livros ou tomos reunem textos de áreas afins, alguns com temáticas bastante específicas. Ou seja, a ordenação é cronológica para os volumes e temática para os tomos.

Por exemplo, a tabela a seguir mostra a distribuição do volume 40, correspondente à produção ruiana em 1913. Na tabela, é possível ver a data de publicação e o título de cada tomo.

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME 40.

Vol.	Escrita	Tomo	Publicação	Título do tomo
40	1913	1	1948	<i>As cessões de clientela e a interdição de concorrência nas alienações de estabelecimentos comerciais e industriais</i>
40	1913	2	1962	<i>Trabalhos jurídicos</i>
40	1913	3	1964	<i>Trabalhos jurídicos</i>
40	1913	4	1965	<i>Discursos parlamentares. O caso do Amazonas</i>
40	1913	5	1966	<i>Discursos parlamentares e jornalismo</i>
40	1913	6	1991	<i>Trabalhos diversos</i>
40	1913	7	2016	<i>Trabalhos diversos</i>

Fonte: elaborado pelas autoras.

Acontece ainda de o tema ser tão extenso que ocupa vários tomos, como *A ditadura de 1893 (Jornal do Brasil)*, distribuída em três tomos ou a *Queda do Império*, temática que preenche oito tomos, totalizando cerca de 2.800 páginas (são artigos publicados no *Diário de Notícias* em 1889, quando Rui era seu redator-chefe), ou ainda, os temas relacionados à revisão do Código Civil, em 1902, em quatro tomos.

A coleção prevê 169 tomos. No ano de escrita deste artigo, 144 estão publicados. Alguns estão em fase de edição e editoração; outros, em fase de pesquisa. Em 2007, com apoio do Supremo Tribunal Federal, a coleção publicada até aquela data foi digitalizada e está disponível, gratuitamente, na internet.¹

O preparo dos textos e a edição não seguem ordem cronológica. A prioridade é dada pela relevância política ou jurídica dos seus conteúdos, pelo acesso aos textos que serviriam como fonte e ainda pelo interesse acerca dos temas tratados. O primeiro tomo foi publicado em 1942. Intitula-se *Reforma do ensino secundário e superior* (com textos de 1882). Segundo Luciano Mendes Faria (2017),

¹ Cf. OCRBdigital: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm>. Acesso em: 13 mar. 2025.

a escolha desse tomo estava em consonância com assunto que mobilizava “os principais intelectuais da educação do período”, e com a atenção dada às políticas educacionais no período da gestão Capanema.

Quase 60% da coleção (101 livros) foi publicada entre 1941 e 1974. Entre 1975 e 1999, foram publicados 36 tomos, a maioria na década de 1970. De 2007 até o momento, foram publicados sete tomos e sete estão em fase de conclusão.

Em 1974, veio a lume um referencial facilitador para a reunião dos textos de Rui: o *Roteiro das obras completas de Rui Barbosa* (dois volumes com cerca de 800 páginas).² O *Roteiro* é uma coletânea que lista os textos escritos por Rui ano a ano, distribuindo-os em temas, ordenando a sequência cronológica dos textos em cada tomo e informando sobre a existência e localização de originais e publicações esparsas para cada um dos textos, ou seja, estabelecendo o histórico de sua transmissão. Os exemplares do *Roteiro* usados para trabalho estão repletos de correções e complementações, de punhos de diferentes pesquisadores, com datas espaçadas, sinalizando as camadas de pesquisa dos que vêm trabalhando há décadas na localização e descrição das versões de cada texto. Como é inerente aos pesquisadores com espírito filológico, há sempre a expectativa de se localizar um original dado por perdido, ou um documento que esclareça questões de data ou de autoria. Assim, estas anotações continuam se sobrepondo.

Os textos que vão compor as obras são encontrados em anais da Câmara, do Senado e da Assembleia Provincial da Bahia; em manuscritos e datiloscritos; em variados periódicos, que reproduziram seus discursos na íntegra; em folhetos, em separatas. Não raro, um mesmo texto tem várias publicações. Devido ao cuidado de Rui relativamente à paulatina construção de seu arquivo pessoal (inclusive conservando anotações preliminares a seus textos), a FCRB guarda a maioria dos originais e reproduções do que Rui escreveu. Há, contudo, textos e documentos dispersos por outros acervos: arquivos particulares (como os catálogos de Batista Pereira, Fernando Nery, Artur Mota), Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Biblioteca Mário de Andrade, Itamaraty, Biblioteca da Universidade de Brasília, entre outros.

Previamente à feitura do *Roteiro*, houve, naturalmente, a organização dos papéis, a reunião de dispersos, catalogação de seu arquivo e biblioteca. O Arquivo de Rui é composto de cerca de 60 mil documentos, ativos e passivos. A sua biblioteca é composta de cerca de 23 mil títulos, distribuídos em 37 mil volumes.

² A autoria é de Américo Jacobina Lacombe, com colaboração de Norah Levi, Rejane de Almeida Magalhães, Maximiano de Carvalho.

Américo Jacobina Lacombe presidiu a FCRB durante mais de cinco décadas. Ao coordenar a publicação das obras completas, Lacombe atraiu “alguns dos mais brilhantes intelectuais brasileiros para discutir e comentar os mais diferentes aspectos, fazendo do conjunto de prefácios e introduções uma quase Brasiliiana, na qual muitos dos problemas nacionais eram discutidos em diálogo com o pensamento ruiano” (Alencar, 2009). A partir dessas reflexões e áreas de atuação de Rui é que foi se constituindo o Centro de Pesquisa da FCRB. Os setores atendem às áreas de estudos de Rui, daí os setores de Filologia, Ruiano, de História, de Direito.³ O Setor Ruiano foi criado em 1968.

O Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa foi criado em 1952, justamente a partir de um núcleo de trabalho filológico. Quando a Casa, em 1942, dez anos antes, começou a publicar as obras completas de Rui Barbosa, o núcleo editorial era formado por trabalhadores voluntários, filólogos que aqui se reuniam para o estabelecimento do texto da obra completa de Rui. Esse trabalho era feito, segundo o testemunho do dr. Américo Jacobina Lacombe, que eu própria e vários de nós aqui ouvimos, quase sempre aos sábados, porque eles tinham suas atividades profissionais durante a semana e, no sábado à tarde, seu momento de lazer e descontração era o de reunião para preparar os textos de Rui para publicação. Foi a partir desse núcleo de filólogos que se formou, que nasceu a ideia de se criar na instituição o Centro de Pesquisa (Valença, 2008, p. 21-22).

Publicar os textos de Rui, de maneira ordenada e cuidada, envolveu e envolve grande número de intelectuais. Um breve passeio pelos créditos de cada tomo das obras completas, seja na edição, na redação dos prefácios e das notas, assim como na pesquisa de originais, ilustra as “sociabilidades intelectuais” envolvidas na publicação desses tomos. Essas sociabilidades foram iniciadas por Américo Jacobina Lacombe. Entre esses intelectuais, encontram-se Lúcia Miguel Pereira, Fernando Néri, José Câmara, Thiers Martins Moreira, San Tiago Dantas, Astrojildo Pereira, Pedro Calmon, Afonso Arinos de Melo Franco, Evaristo de Moraes Filho, Austregésilo de Ataíde, padre Augusto Magne; Rejane de Almeida Magalhães, Norah Levi, Rachel Valença, Eni Valentim Torres, Beatrix Rui Barbosa, Silvana Maria da Silva Telles; mais recentemente, no século XXI, Cristiane Laidler, Cláudia Viscardi, Marta de Senna, Soraia Farias Reolon,

³ Mais recentemente, o Setor de Políticas Culturais veio agregar valor a esse conjunto de estudos.

Laura do Carmo, Christian Lynch, José Almino de Alencar. Acrescentem-se a esses nomes o de Batista Pereira, responsável pela organização de parte da documentação ruiana.

Os envolvidos nessa tarefa, no entanto, extrapolam os nomes aqui citados. Plínio Doyle conta que ele começara a frequentar a Casa de Rui Barbosa

[...] para colaborar com o Lacombe na revisão das Obras Completas de Rui que a instituição (ou melhor, o próprio Lacombe) estava editando. A leitura a dois facilitava a revisão das provas, e nenhum volume saía para Imprensa Nacional sem o visto final do Lacombe, com seus característicos e conhecidos sinais vermelhos. Nessas revisões muito colaboraram Hélio Viana, Thiers Martins Moreira e San Tiago Dantas e ainda, segundo informações do Lacombe, o próprio ministro Capanema (Doyle, 1999, p. 126).

“Rui Barbosa foi um homem de ação, homem de ação política sobretudo, e só escreveu para ação, em virtude da ação, sob as inspirações e ao calor dos acontecimentos numerosos e diversos”.⁴ São discursos, peças jurídicas, artigos jornalísticos, raros ensaios. Embora parte de sua produção tenha sido coligida em livros enquanto vivia, Rui Barbosa não organizou uma publicação com suas reflexões ou propostas sobre determinado tema. Essas reflexões estavam presentes na tribuna política, na imprensa, na atuação como jurista e desenvolviam-se ao sabor dos acontecimentos. Para acessar o seu pensamento crítico, portanto, é necessário ler o que escreveu sob diferentes perspectivas e apresentou ao público em diferentes canais e em datas variadas.⁵

2. PREFÁCIOS E NOTAS EDITORIAIS

Os prefácios das OCRB são uma “chave de leitura” para se conhecer o pensamento ruiano. São estudos acerca dos textos de cada tomo, do contexto de época, das questões que envolvem os temas debatidos no livro, da relação de Rui com as questões ali apresentadas e com as personagens públicas nelas envolvidas. Alguns estendem-se por dezenas de páginas.

⁴ Palavras do ministro Gustavo Capanema, publicada no *Diário Oficial da União*, em 4 de outubro de 1941, para ressaltar a importância da publicação da obra de Rui e fundamentar a sua organização cronológica. Cf. Faria Filho (2017).

⁵ Para ilustrar essa questão, Cf: Cintra (2016).

Além dos prefácios, grande parte dos textos é antecedida de notas editoriais, dando conta do conteúdo apresentado, das fontes utilizadas, da relação entre diferentes textos.⁶

Alguns prefaciadores acumularam a responsabilidade pelas notas e pela revisão. Em termos numéricos, destacam-se Fernando Néri, que organizou 17 tomos e assinou seis prefácios, sendo que 11 deles só foram publicados após seu falecimento em 1946. José Câmara assinou 22 prefácios; e Américo Jacobina Lacombe, 11. Fernando Néri conviveu com Rui e foi zelador da Casa entre 1928 e 1930. Américo Jacobina Lacombe foi presidente da FCRB entre 1939 e 1993, ano de seu falecimento. Câmara era desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Os três eram advogados.

Entre os prefaciadores, José Câmara praticamente atém-se a comentar a materialidade dos textos: fontes, datas, manuscritos perdidos, rasuras, condições de produção, dados sobre os processos a que se referem os textos. Juntamente com Américo Jacobina Lacombe, foi o que trabalhou na coleção por mais tempo, inicialmente como revisor e preparador de originais (tomas de 1889, *Queda do Império*), em seguida como organizador e prefaciador, sempre em livros com temática jurídica. Câmara explicita em mais de uma ocasião que os prefácios deveriam primar pela objetividade.

Impõe-se, como sempre, breve notícia acerca de cada opúsculo, quanto à sua fonte, texto usado como base da edição atual, como é de rigor em publicações desta ordem, pois um prefácio desse tipo deve ser eminentemente informativo ou técnico, abstraindo-se o seu autor de comentários dispensáveis e de cunho pessoal. Objetividade é tudo o que se faz necessário e indispensável (Câmara, 1976, p. x).

Essa postura é reiterada diversas vezes, como esta, escrita em 1986:

Poderia ser mais analítico, mais dilatadas as considerações do signatário, alongando-se mais este em que diz respeito à matéria. Todavia, casos como este, como tantos outros, prévia explicação, acham-se adstritos a certas limitações, pois há normas próprias previamente fixadas às quais não é possível ficar indiferente aquele que tem o senso da disciplina e

⁶ Cf.: OCRB, v. 13, de 1886, t. 2, p. 7-8, 192 e 230; v. 16, de 1889, t. 8, p. 186; v. 40, de 1913, t. 2, p. 3-4, 107-108, 167-168, 193-195.

concisão. Não se confunda essa tendência com outras formas de deficiência, nem se acoime de limitado aquele que não se afasta de normas a observar. O destinatário de um prefácio é o leitor, o fim que o caracteriza é eminentemente informativo, orientando-se quem terá, porventura, de examinar o conteúdo (Câmara, 1991, p. xiv).

E ainda, no mesmo ano de 1986: “Prefácio não é desafogo intelectual” (Câmara, 1999, p. xx). Trata-se, visivelmente, de crítica a outros prefaciadores da coleção.⁷

Críticas e ressentimentos à parte, Câmara e Lacombe são os organizadores dos tomos publicados no século XX que mais explicitam questões relativas ao preparo dos originais. Como já se disse, os textos introdutórios (à revelia de José Câmara) são fonte de consulta fundamental para penetrar o pensamento de Rui Barbosa.

3. TRATAMENTO EDITORIAL E FIOLÓGICO NO SÉCULO XX

Desde sempre os princípios que vêm norteando a edição dessas obras são a fidedignidade e a acessibilidade. O texto fonte é escolhido após análise e comparação dos testemunhos localizados. Os cotejos são feitos em duplas, as diferenças relevantes entre os conteúdos de diferentes fontes são destacados (mesmo nas edições mais recentes, que não são edições críticas) pelos organizadores dos tomos. Os textos às vezes são acompanhados de notas de caráter histórico, referencial, linguístico, tradução de trechos em língua estrangeira. A variedade de editores e a extensão de tempo dedicada ao preparo desta coleção resulta, entretanto, em um conjunto de livros nem sempre homogêneos seja na padronização, na elaboração de notas e nos critérios filológicos. Além disso, os padrões editoriais vão se alterando, assim como os recursos tipográficos e o projeto gráfico.

Em todos os períodos, as intervenções procuraram se restringir a atualizar a grafia, por vezes a pontuação, a padronizar e completar as referências e, eventualmente, a assinalar incoerências e problemas de composição.

Contudo, mesmo com prejuízo da rapidez, temos feito timbre em que as nossas publicações sejam conformes aos originais (se os conhecemos) ou

⁷ Luciano Mendes Faria Filho, no item “As tensões e distensões das sociabilidades intelectuais” (p. 152-177), de seu livro *Edição e sociabilidades intelectuais*, reúne cartas que demonstram certa insatisfação de José Câmara quanto ao tratamento recebido por Américo Jacobina Lacombe comparativamente com os demais organizadores e prefaciadores.

a edições revistas. Se houve modificações, feitas pelo autor, do original para a publicação, ou de uma edição para outra, sempre as assinalamos (Lacombe, 1945, p. 189).

Apesar do empenho, sobretudo de Américo Jacobina Lacombe, desde a década de 1930, para que a organização dos livros se mantivesse coesa, as diretrizes acerca dos critérios filológicos a serem seguidos pelos editores são um tanto fluidas e se encontram esparsas, especialmente nos prefácios, advertências e notas da coleção. As mais frequentes referem-se às identificações dos textos e informações sobre as variantes acessadas pelo organizador do tomo.

Quanto aos critérios linguístico-filológicos propriamente ditos, as anotações são relativamente superficiais. Os tomos com aparato crítico restringem-se a indicar as variações entre as diferentes fontes. As diferenças resultam em grande parte de equívocos de impressão. Rui pouco alterava os seus textos. Ele fazia alterações ligeiras nas versões datilografadas. Mesmo os seus manuscritos quase não têm rasuras.

Há também orientação acerca da atualização de grafias e de pontuação e de intervenções na escrita de Rui. Esta última, apenas de forma excepcional e circunstanciada, como se lê no prefácio de Thiers Martins Moreira, datado de novembro de 1940, para o tomo intitulado *Reforma do ensino secundário e superior*.

De fato, a obra apresenta certa ausência de cuidado nos pormenores de sua organização. Perceber-se-á, com frequência, que não houve, ou houve mal, os cuidados finais de preparação e revisão dos trabalhos. Há omissão na numeração dos capítulos, enganos na dos artigos e notas. Ausência de uniformidade no emprego de maiúsculas nos nomes das instituições. O anteprojeto, sobretudo, contém uma redação despreocupada, atendendo a que se destinava a estudo e voto do Parlamento que fatalmente o emendaria, para só depois obter a redação final. Não acreditamos, porém, que apesar disso estivéssemos autorizados a retocar os trabalhos ainda que somente nesses pormenores, a não ser nos raros pontos acima enumerados, em que se fazia evidente a materialidade do engano.

O texto, pois, da presente edição repete, com absoluta fidelidade, o do parecer e do anteprojeto da separata emendado de acordo com a errata nela existente.

Para podermos agora afiançar a exatidão do texto, muito contribuiu a assistência pessoal dada pelo diretor da Casa de Rui Barbosa, aos trabalhos de revisão, o que aqui agradecemos (Moreira, 1942, p. xxvii).

4. EDIÇÃO DAS OCRB NO SÉCULO XXI

4.1. O TIPO DE EDIÇÃO

Desde 2002,⁸ não são feitas edições críticas. Também não são seguidas as diretrizes de uma edição diplomática-interpretativa, pois o trabalho vai muito além disso: são feitas diversas notas, e as intervenções, no sentido de atualizar grafia, pontuação, referências, extrapolam as recomendações relativas a esse tipo de edição.

São seguidos os critérios da crítica textual na tentativa de se transmitir ao leitor um texto fidedigno e genuíno. Trata-se, portanto, de um texto crítico, não de uma edição crítica.

Uma vez escolhido o texto a ser usado como fonte, as variantes só são indicadas se necessário. Quando o testemunho parece conter um erro que poderia ser corrigido ou conter dúvida que poderia ser sanada por meio de fonte diversa, recorre-se a esta outra fonte. No caso a seguir, o jornal *Correio da Manhã* é a fonte, mas na edição foram usados outros testemunhos para ratificar a decisão.⁹

EXEMPLO 1.

Texto de Rui Barbosa	Nota das editoras
Mas o caso cessa de ser <i>meramente</i> político, desde que nele se envolvem direitos legais de uma pessoa, de caráter privado ou público, judicialmente articulados* contra outra.	*Assim no <i>Diário de Notícias</i> e no <i>Jornal do Commercio</i> , o que parece ser a forma correta, já que o antecedente é “direitos legais”. O <i>Correio da Manhã</i> registra “articulado”, no singular.)

4.2. O LEVANTAMENTO DAS FONTES: CRITÉRIOS

No levantamento dos testemunhos, para a escolha do texto fonte, os critérios de seleção costumam adequar-se à praticidade. Ou seja, obedecidos os critérios básicos que são autenticidade e testemunho autorizado pelo autor, privilegia-se o

⁸ A partir dessa data, as edições passaram a ser responsabilidade das pesquisadoras Marta de Senna (até 2018), Laura do Carmo e Soraia Farias Reolon (até o presente momento). Anos depois, graduandos, graduados e mestres dos programas de bolsas da FCRB passaram pela orientação das pesquisadoras a fim de se capacitarem para o trabalho de levantamento de fontes e edição das OCRB e colaborarem com o trabalho de edição.

⁹ Cf. comentário sobre “Oração aos moços” (a nota sobre o texto fonte).

testemunho que esteja mais legível e acessível em termos materiais. Os critérios práticos são: estar em uma biblioteca do Rio de Janeiro, não estar deteriorado, estar disponível para consulta.

Há casos em que o original teria sido acessado por pesquisador ou outro trabalhador do Setor Ruiano, que o datilografou ou digitou. As buscas atuais não recuperam a sua localização (porque o modo de catalogação mudou; porque o documento está se deteriorando e ficou inacessível; porque o acesso deixou de ser franqueado etc., etc.). Qual a opção: não publicar ou publicar seguindo a cópia datilografada? Em alguns casos, opta-se por utilizar a versão datilografada, dando sempre a informação em nota. Outras vezes, quando possível, a publicação é adiada, na expectativa de ser possível aceder ao documento original.

Todo esse levantamento gera a feitura da primeira nota: a do texto fonte, tarefa às vezes simples, às vezes complexa. Por exemplo, a escolha do texto fonte de “Oração aos moços”, famoso discurso que deveria compor o volume 48, tomo 3, de 1921 das OCRB, demandou pesquisa sobre sua longa história editorial. No *Roteiro das obras completas de Rui Barbosa*, estavam listados sete jornais, três revistas e 12 livros, como testemunhos do discurso. Na base de dados da FCRB (Sophia), encontramos 60 registros ligados ao título, entre documentos de arquivo e publicações: testemunhos e paratextos do discurso. Entre eles, vale ressaltar o primoroso estudo de Carlos Henrique da Rocha Lima, tese de concurso para uma das cadeiras de Português do Colégio Pedro II, publicada em 1949: *Através da “Oração aos moços”: tentativa de interpretação estilística de Rui Barbosa*. No capítulo II (Interpretação estilística da “Oração aos moços”), o item 1 trata do manuscrito de Rui e sua redação definitiva.

Rui fora convidado a ser o paraninfo da turma de bacharelandos de 1920 da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde o próprio Rui se formara 50 anos antes. Estando doente, tenta recusar o convite, mas a turma não aceita uma negativa e adia a formatura para o ano seguinte. Rui, ainda adoentado, não pôde comparecer, mas escreveu o texto e enviou uma cópia datilografada com algumas rasuras, a qual foi lida pelo professor Reinaldo Porchat a 29 de março de 1921. O manuscrito autógrafo, com 111 páginas, está sob a guarda do Arquivo Histórico e Institucional da FCRB. O datiloscrito, com 40 páginas, só pôde ser acessado por meio de uma edição fac-similar da Universidade de São Paulo, de 1949.

O discurso fez grande sucesso e inicia sua história editorial: no dia seguinte à leitura, já aparece estampado em sete jornais, e os bacharéis, entusiasmados,

pedem a Rui Barbosa que ele possa ser publicado no mensário acadêmico *Dionysos*. Rui concorda, e eles lhe dão o título de “Oração aos moços”. A publicação só foi aprovada por Rui após ele mesmo ter revisto e corrigido três provas tipográficas. Na terceira, ainda com muitas correções registradas, deu o “impri-ma-se”. A edição princeps *Dionysos*, da Faculdade de Direito de São Paulo, ocorreu em outubro de 1921. Foram impressos 2.000 exemplares em papel bouffant e 50 em Whatman numerados e assinados por Rui. Depois dessa, houve muitas edições, mas destacam-se as que foram feitas com rigor filológico: as de 1949, 1956, 1979 (e reimpressões, até a sexta em 2003).

Duas edições foram feitas como comemoração do centenário de Rui Barbosa em 1949: a edição Nacional – Casa de Rui Barbosa e a da Universidade de São Paulo.

A edição Nacional – Casa de Rui Barbosa foi promovida pela comissão organizadora do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula em Comemoração do Centenário de Rui Barbosa, a partir da indicação de um membro da comissão, o filólogo Sousa da Silveira, aprovada na sessão de 22 de março de 1949. O congresso ocorreu na FCRB, de 22 a 29 de outubro de 1949. O estabelecimento do texto, prefácio e notas foram preparados por Carlos Henrique da Rocha Lima, que escolheu como texto base aquele da edição autorizada por excelência: a edição promovida pela revista *Dionysos* (RD), publicada em outubro de 1921 pela editora O Livro. Rocha Lima informa: “A 1^a edição, corrigimos-lhe os erros tipográficos evidentes e cotejamos com o original manuscrito [...] os passos que nos pareceram duvidosos. Conferimos, também, com o maior cuidado, todas as fontes citadas pelo autor” (Barbosa, 1949, p. xii).

Além do prefácio e do texto estabelecido, a edição de Rocha Lima (RL) apresenta também “Obras citadas nas notas” e “Documentos para a história da Oração aos Moços (do Arquivo da Casa de Rui Barbosa)”, onde consta a carta de 17 de novembro de 1920 de Rui ao sr. Soares de Mello (que era o representante da comissão de bacharelados), falando sobre seu estado de saúde.

A edição da Universidade de São Paulo é fac-similar (a partir do datiloscrito). É dividida nas seguintes partes: a) “Explicação prévia” (redigida por José Soares de Mello); b) “Cartas e telegramas” (telegrama de Rui à comissão de bacharelados da Faculdade de Direito de São Paulo; correspondência da Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo no dia da colação, assinada pelos bacharelados; fotografia na residência de Rui em Botafogo: “Bacharelados de 1920, ao convidar Rui Barbosa para paraninfo”; carta de Reinaldo Porchat, em que agradece a honra de ter lido a peça oratória, com

acrédito de agradecimentos dos bacharelados e especialmente de Soares de Mello); c) “Notícias de jornais” (recortes sobre o convite para ser paraninfo e a associação ao Jubileu de Rui Barbosa); “Oração aos moços” (antes do texto, vem uma fotografia de Rui com os dizeres: “Aos meus caros colegas, os bacharelados paulistas de 1920. Rio, novembro de 1920”); a seguir, vem o fac-símile do datiloscrito com emendas de Rui.

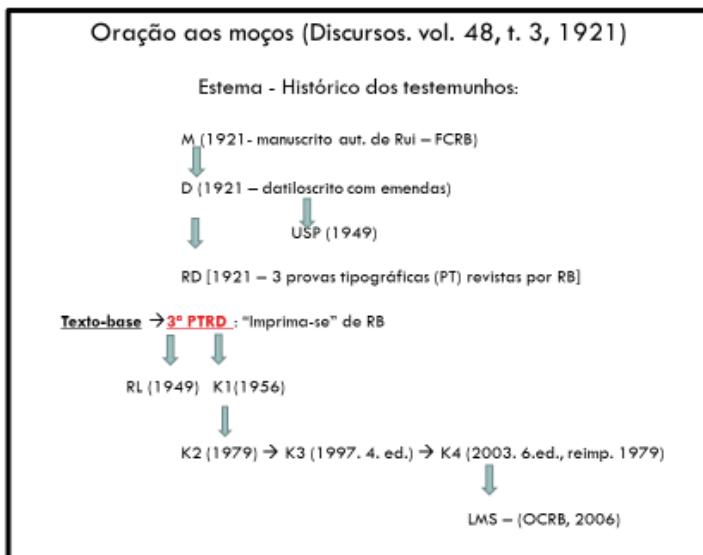
Em 1956, houve uma edição crítica da Casa de Rui Barbosa (K1), com estabelecimento do texto e notas por Adriano da Gama Kury, e prefácio de Edgard Batista Pereira. O índice mostra as partes da obra: “Advertência desta edição”; “Prefácio”; “Apenso”; “Oração aos moços” [texto estabelecido]; “Tábua das divergências entre a redação do manuscrito existente na Casa de Rui Barbosa e a definitiva da edição Dionysos”; “Apêndices: Documentos para a história da Oração aos moços” [telegramas dos bacharelados a Rui, carta de Rui a Soares de Melo] e “Fac-símile das terceiras provas da edição Dionysos, revistas por Rui Barbosa”.

Anos depois, essa importante edição estava esgotada e, a pedidos, a direção da FCRB solicitou a A. G. Kury que fizesse uma edição popular anotada. Em “Advertência”, o pesquisador informa que tomou como base o texto de 1956, retirou o aparato crítico, aumentou o número de notas e fez novo cotejo com o manuscrito, quando pôde corrigir pequenos lapsos. Foi publicada essa nova edição em 1979 (K2), a qual fez um grande sucesso e depois foi reimpressa, sendo que a quarta edição foi em 1997 (K3) e a sexta em 2003 (K4), esta última disponível à equipe que faria a edição do texto nas OCRB (LMS).¹⁰

¹⁰ Cf. nota 8, neste artigo.

Dante do exposto, o estema abaixo sintetiza a pesquisa e decisão final pelo texto fonte:

FIGURA 1. ESTEMA DE “ORAÇÃO AOS MOÇOS”



Fonte: elaborada pelas autoras.

A nota do texto fonte para “Oração aos moços” nas OCRB ficou assim:

Discurso de RB como paraninfo da turma de 1920 da Faculdade de Direito de São Paulo. Impossibilitado de assistir à colação de grau por motivo de saúde, pede ao Prof. Reinaldo Porchat que o represente na solenidade de 29 de março de 1921, fazendo a leitura do datiloscrito, que nos dois dias subsequentes seria publicado nos principais jornais do Rio e São Paulo. Entretanto, esse não é o texto definitivo da peça oratória.

Antes desta publicação nas Obras Completas, “Oração aos moços” teve longa história editorial (tem-se notícia de 17 publicações em livros ou revistas), que se resume aqui. A primeira edição surge da admiração por Rui e da empolgação com o discurso por parte de bacharelados, entre eles Edgard Batista Pereira, que solicitam autorização do autor para editá-lo, e os mesmos o intitulam “Oração aos moços”. Rui revê três provas tipográficas e, na terceira, autoriza sua impressão na revista *Dionysos*, da Faculdade

de Direito de São Paulo, o que ocorre em outubro de 1921. À ocasião do centenário de Rui, 1949, houve duas edições comemorativas: uma pela Universidade de São Paulo (fac-símile da cópia datilográfica emendada pelo autor) e outra da Editora Nacional e Casa de Rui Barbosa (reproduzindo texto da *Dionysos*, com notas de Carlos Henrique da Rocha Lima). Em 1956, é publicada pela Casa Rui Barbosa a edição crítica anotada de Adriano da Gama Kury, tendo como texto-fonte a edição de 1921. Foi feita colação integral com os originais manuscritos e com a cópia datilográfica emendada por Rui. Todas as citações de autores clássicos foram conferidas. Além do texto fixado, Kury apresenta o fac-símile das últimas provas revistas pelo autor e uma tabela de modificações introduzidas por Rui na sua primeira redação. Anos depois, esgotada a edição e a pedidos, quis a Direção da Casa que se produzisse uma edição popular anotada. Kury realiza novo cotejo e introduz emendas a pequenos lapsos das colações anteriores. Retira o aparato crítico e aumenta as notas. Em 1979, esta nova edição vem a público. Esgotadíssima, é reimpressa em 2003, como sexta edição, sobre a qual se debruçou a equipe responsável por este tomo. Foram também consultados o manuscrito, a terceira prova tipográfica para a *Dionysos* e todo o aparato crítico da edição de 1956. Estando o texto já altamente depurado, a equipe restringiu-se a pequeníssimas alterações no texto, reduções nas notas e complementação de algumas (principalmente quanto às referências bibliográficas), somente para adaptá-los ao padrão editorial das Obras Completas. São registradas as notas originais de RB, as de A.G. Kury e as complementações desta edição (Barbosa, 2011).

4.3. SOBRE CRITÉRIOS EDITORIAIS

Na colação e análise de possíveis emendas, são seguidos critérios básicos, adaptados ao padrão editorial em vigor na FCRB, tais como uso de maiúsculas e minúsculas, destaques gráficos para citações e palavras em língua estrangeira, atualização da ortografia, desdobramentos das abreviaturas, entre outros. Algumas questões merecem atenção especial, respeitando-se o estilo da época e a escrita de Rui. Dentre essas questões destacam-se:

- respeito à paragrafação, à divisão do texto em partes numeradas ou com subtítulos, ao uso de maiúsculas ou de caixa-alta (quando Rui

estilisticamente quis dar destaque), à pontuação original (quase sempre),¹¹ à oscilação entre variantes linguísticas;

- conservação: das remissivas, citações e referências, indicando-se sempre quais são as notas originais de Rui, as que são complementadas pelas editoras quando necessário e aquelas que são notas das editoras;¹²
- emenda dos erros evidentes e sinalização em nota das alterações.¹³

4.4. FEITURA DE NOTAS

Após o levantamento das fontes, colação e emendas, outra etapa importante da pesquisa é a feitura de notas. Cada tipo de nota revela facetas interessantes de Rui Barbosa e também o universo de conhecimentos que ele acessava, de vários tempos históricos. Além da nota sobre o texto fonte, são feitas notas bibliográficas (de referência), notas explicativas históricas, literárias e linguísticas.

Uma das premissas seguidas nas edições mais recentes das OCRB é conferir as remissões e citações feitas por Rui, diferentemente do que era praxe nos números anteriormente publicados, que trazia a informação tal como Rui apresentara. Se um dos objetivos é oferecer ao leitor informações que ele não obteria facilmente, conferir as remissões e completar as referências é tarefa importante e possível devido ao fato de Rui Barbosa possuir a quase totalidade dos títulos de que se vale.

Muitas vezes Rui coloca apenas uma parte do título da obra ou só um nome do autor, já que o público para o qual escrevia conhecia aquelas obras e autores.¹⁴ Embora cifrada e incompleta, sua maneira de referenciar é precisa. Quando estão presentes na referência título, ano, tomo, capítulo, página, eles invariavelmente conferem. E no livro as partes citadas estão assinaladas com o lápis vermelho usual. Muitas vezes é penoso localizar acórdãos e jurisprudências, sobretudo estrangeiros. Quando se encontra a saída do labirinto que é a referência desse tipo de texto, lá está a questão mencionada por Rui.

¹¹ Cf. exemplo 7, *infra*.

¹² Cf. nota de rodapé 14, neste artigo.

¹³ Cf. exemplo 1, *supra*.

¹⁴ Referências apresentadas de maneira cifrada para o leitor contemporâneo no original em uso – por exemplo: “A Ord. do Liv. 3º, tit. 59” – são desdobradas, em nota de rodapé bibliográfica, para: PORTUGAL. *Ordenações do Reino de Portugal*. Recopiladas por mandado d’el rei d. Filipe, o Primeiro. 11. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1847, livro 3º, título 59”.

O cuidado em conferir citações de Rui leva a observações interessantes, que ilustram certo “manejo” das informações, para fortalecer seu argumento. A seguir, um extrato do texto da “Apelação cível 6.866”, em que esse recurso é ilustrado:

EXEMPLO 2.

Texto de Rui Barbosa	Nota das editoras
<p>O assento da matéria, entre nós, é a <i>Ordenação</i>, livro 4, título 19, princ., que reza:</p> <p>Se algumas pessoas fizerem contrato de venda ou de outra qualquer convença, e ficarem para fazer escritura desse contrato, antes que se a tal escritura faça, se pode arrepender e arredar da convença o que havia de fazer a escritura. E isto haverá lugar, quando o contrato for tal, que segundo direito não possa valer sem escritura, e que a escritura seja da substância do contrato, assim como nos contratos que se devem fazer e insinuar, e em contrato enfiteútico de coisa eclesiástica [...]*</p>	<p>* Rui interrompe a transcrição do texto das <i>Ordenações</i> em ponto estratégico, uma vez que, depois de “contrato enfiteútico de coisa eclesiástica” vem vírgula e “e em outros, que segundo direito são de semelhante qualidade e condição” (Barbosa, 2007, p. 136).</p>

A passagem das *Ordenações* prossegue de tal maneira que lhe enfraqueceria o argumento de que “a escritura pública é substancial nas enfiteuses eclesiásticas; logo, não o é nas enfiteuses seculares”¹⁵.

Normalmente são produzidas diversas notas linguísticas, que se ocupam de questões léxico-gramaticais, principalmente sobre pontuação, léxico e tradução (de palavras, expressões ou citações, geralmente do inglês, francês e latim). Há notas linguísticas que tratam de questões pragmático-textuais: explicações linguísticas ligadas a coesão, coerência, variantes sociais, usos estilísticos.

Chega-se assim a outra questão peculiar com relação à edição dos textos de Rui Barbosa e sua biblioteca, que são as obras de referência. Ele as possuía em grande número e variedade de tipologia, línguas e datas, dos mais antigos, como o *Vocabulário* de Rafael Bluteau (publicado em 1721-1728) ao mais moderno de sua época, como a terceira edição do *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, de 1922. A consulta a essas obras ajuda a avaliar usos da época, entender os sentidos e, quando necessário, esclarecer as nuances lexicais e semânticas para o leitor contemporâneo, por meio das notas. O critério que se vem usando, desde 2002 é: se a palavra, expressão ou sentido estiver consignada

¹⁵ Para melhor esclarecimento acerca dessa questão cf. Senna (2002, p. 5-9).

no *Dicionário Houaiss* (edição de 2001), não será feita nota. Atualmente, leva-se também em consideração o *Aulete digital* e o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, de 2010. Assim, palavras como *escanzelado*, *resfolgar*, *anediad*, no trecho a seguir, não merecerão notas linguísticas. No texto de Rui, lê-se:

EXEMPLO 3.

Ora graças, que ainda chego a tempo de acudir ao Brasil, não para lhe poupar mais uma decepção e um ridículo, mas, ao menos, para o forrar à despesa de uma espórtula de missa.

Já o contemporâneo empina a cabeça no extremo do pescoço *escanzelado* pelos jejuns da devoção à causa do partido, dilata ao ar as narinas, *resfolga* com estrépito pelos gorgomilos, e *anedia* amorosamente o ventre patriótico, farejando carniça (Féria política VI. Traços para a história da oposição em 1883. v. 11, 1884, t. 2 em preparo).

Conhecer o sentido das palavras e expressões ajuda no processo de edição, de entender a sintaxe, a pontuação e a própria morfologia:

EXEMPLO 4.

Texto de Rui Barbosa	Nota das editoras
Não negaria eu, decerto, quanto vai de temeridade em me alongar tanto quanto da medida usual me tenho alongado, quando me abalanço a falar, como tantas vezes me tem acontecido, a multidões por três e quatro horas a reio. Mas não será menos certo que, durante essas três ou quatro horas de enfiada, me têm elas sempre escutado a pé quedo ,* não a se espreguiçarem, não cochilando, bocejando, ou sussurrando, mas atento, comovendo-se, exaltando-se, indignando-se comigo, sublinhando, ponteando, interrompendo, a cada período, a cada momento, às vezes frase a frase, com os sinais mais calorosos de adesão [...]	* Na edição dita de 1920 e na da USP, havia uma vírgula logo após “pé”, em erro evidente, já que “a pé quedo” é uma expressão encontrada no dicionário de Moraes, que significa “sem largar campo ou se afastar donde está”. (A imprensa e o dever da verdade. <i>Campanha da Bahia</i> . v. 47, 1920, t. 1 em preparo)
[...] s. ex., que aliás era então chefe, e depois ainda continuou a sê-lo, nunca, entretanto, chegou a saber quantas praças * foram enviadas para a secretaria de estrangeiros [...]	*À época de Rui, conforme o <i>Dicionário</i> de Cândido de Figueiredo, “praça”, na acepção de “soldado”, era substantivo feminino. (Uma escaramuça conservadora. O crime de 25 de outubro. <i>Trabalhos jurídicos e políticos</i> . v. 46, 1883, t. 5 em preparo.)

Às vezes a palavra está dicionarizada, mas há possibilidade de ambiguidade. No exemplo abaixo, seria “surta” – particípio com valor adjetivo (ancorada, fundeada, aportada) – ou “surta” – verbo no presente do indicativo? Nesse caso (raro), faz-se a nota:

EXEMPLO 5.

Texto de Rui Barbosa	Nota das editoras
<p>– E há muito que saiu do Brasil? – Logo que rebentou a insurreição de Custódio de Melo. Eu atacava energicamente na imprensa o ministério, e era chefe da oposição no Senado. Avisaram-me que tinham sido decretadas contra a minha pessoa medidas perseguidoras, e refugiei-me a bordo do <i>Madalena</i>, no qual tomei passagem para a Bahia, minha terra. O capitão do <i>Madalena</i> indo a terra soube que havia ordem de prisão contra mim, e avisou-me. Entretanto, o almirante da esquadra inglesa surta* no Rio, conhecendo também a resolução do governo, deu ordem imediata ao capitão do vapor para me não entregar e mandou uma lancha com cinqüenta marinheiros, quatro oficiais e um canhão proteger o vapor. Mas o <i>Madalena</i> ia para a Bahia e para evitar ali qualquer questão, resolvi refugiar-me a bordo do <i>Aquidabã</i>, onde esperei a chegada do paquete <i>Galícia</i>, e neste embarquei para Buenos Aires. (Rui Barbosa em Lisboa. <i>Trabalhos diversos</i>. v. 21, 1894, t. 1 em preparo)</p>	<p>* O texto refere-se aqui à esquadra inglesa ancorada no Rio de Janeiro.</p>

A decisão quanto às variantes gráficas ou fonológicas seguem as mesmas diretrizes dos primeiros tomos, alterando-se “grafia de 1943” por grafia de 2009.

Foram conservadas, na presente edição, as formas preferidas de Rui Barbosa nestes escritos quando admitidas na grafia de 1943 (*regímen*, e não *regime*; *registro* e não *registo*); bem assim as variantes que, na revisão da edição de 1892 [...] o próprio Rui admitiu (*oiro* e *ouro...*) e os plurais em -is (*projetis*). Rio, agosto, 1946. Fernando Néri (1947, p. xvii).

Além de respeitar o uso de Rui Barbosa, registra-se em nota:

EXEMPLO 6.

Texto de Rui Barbosa	Nota das editoras
<p>É da mesma forja da mentira e delação, a que, há dias, aludiram, indignados, alguns dos mais respeitáveis periódicos portugueses, é da mesma onde se têm fabricado as conjurações imperialistas, para alimento à ignobil falsidade, que pôs ao movimento de 5 de setembro o qualificativo de restaurador, da mesma, cuja espiagem* anda rebuscando até as portas dos hotéis às listas das visitas recebidas pelos brasileiros suspeitos à ditadura. (A Revolução Brasileira: Carta de Rui Barbosa ao jornal <i>Correio da Manhã. Trabalhos diversos</i>. v. 21, 1894, tomo 1 em preparo.)</p>	<p>* Variante linguística de “espionagem”.</p>

As questões de pontuação são um pouco mais delicadas. Segundo Antonio Houaiss, em *Elementos de bibliologia*, a pontuação de autores mortos está em consonância com a usada no tempo em que viveu/escreveu, e pode não apresentar feição sistemática apreensível. O crítico textual deve, segundo o autor, seguir um de dois critérios e ter uma motivação para essa escolha. Os critérios são “a) ou se segue a pontuação do autor através do autógrafo, ou do copista, através de apógrafo, ou de edição autorizada, segundo os casos; b) ou se pontua à moderna, segundo as possibilidades existentes para os autores vivos.” (Houaiss, 1967, p. 98).

A opção corrente é respeitar a pontuação e fazer nota quando o uso vigente à época é diferente da norma atual:

EXEMPLO 7.

Texto de Rui Barbosa	Nota das editoras
<p>A maior de quantas distâncias logre a imaginação conceber é a da morte; e nem esta separa entre si os que a terrível apartadora de homens arrebatou aos braços uns dos outros. Quantas vezes não entrevemos, nesse fundo obscuro e remotíssimo, uma imagem cara?* quantas vezes não a vemos assomar nos longes da saudade, sorridente, ou melancólica, alvoroçada, ou inquieta, severa, ou carinhosa, trazendo-nos o bálsamo, ou o conselho, a promessa, ou o desengano, a recompensa, o castigo, o aviso da fatalidade, ou os presságios do bom agoiro? Quantas nos não vem conversar, afável e tranqüila, ou pressurosa e sobressaltada, com o afago nas mãos, a doçura na boca, a meiguice no semblante, o pensamento na fronte, límpida, ou carregada, e lhe saímos do contato, ora seguros e robustecidos, ora transidos de cuidado e pesadume, ora cheios de novas inspirações, e cismando, para a vida, novos rumos? Quantas outras, não somos nós os que vamos chamar esses leais companheiros de além-mundo, e com eles renovar a prática interrompida, ou instar com eles por alvitre, em vão buscado, uma palavra, um movimento do rosto, um gesto, uma réstia de luz, um traço do que por lá se sabe, e aquie ignorar?</p>	<p>* Observe-se o uso de minúsculas em seguida a ponto de interrogação, nas sequências interrogativas. Hoje, é acentuada a preferência pela maiúscula. A opção de RB pela minúscula justifica-se por seu valor estilístico, pois a segunda pergunta representa um desdobramento da anterior, repetindo e desenvolvendo a mesma ideia, como se fosse uma continuação. [Nota de A. G. Kury, complementada por esta edição.] (Barbosa, 2011, p. 24).</p>

Só não é seguida a pontuação de Rui em passagens cujo entendimento seria comprometido. Uma construção não tão simples é o uso de vírgula nas orações adjetivas. É convenção atual trazer as orações explicativas entre vírgulas, e as restritivas, sem vírgula. Rui e outros autores da época usam a vírgula indistintamente. Nem sempre é possível determinar se há uma restrição ou uma explicação do conceito, da ideia. Como respeitar o critério relativo à legibilidade da informação? A opção tem sido seguir a regra atual. As dúvidas desse teor se repetem, as decisões nem sempre são coerentes. O estranhamento causado pela vírgula entre sujeito e verbo (não incomum no período em questão) comprometeria o sentido? Corrige-se? Faz-se nota a cada ocorrência? Faz-se nota no

texto de apresentação dos critérios de edição? Normalmente a vírgula entre sujeito e verbo é retirada. Se for tópico (e não sujeito), ela é mantida.

As referências e alusões feitas por Rui em sua produção intelectual extrapolam a época de sua produção e revelam o ecletismo de seu conhecimento. São informações de caráter histórico, político, jurídico, filosófico, linguístico, literário etc. etc, que muitas vezes geram a necessidade de notas históricas, literárias... Alguns exemplos:

EXEMPLO 8.

Texto de Rui Barbosa	Nota das editoras
<p>Bem-vindo o novo instrumento de educação, que instituístes. Nasceu em terra mineira debaixo de auspícios felizes, e, assim, há de ser luminoso, há de ser honesto, há de ser crente, como o povo que deste ambiente se nutre. Chama-se <i>Radium</i>, bem posto o nome, que nos anuncia atividade, energia e vida. É o que míngua entre nós; e, se o novo periódico, encerra em si um pequenino da substância desse renovador miraculoso, bem ajam os autores desse achado e os aplicadores desse remédio, com as suas propriedades maravilhosas, ao melhoramento da nossa gente e à preservação da nossa mocidade. (Discurso aos estudantes mineiros. <i>Campanha da Bahia</i>. v. 47, 1920, t. 1 em preparo)</p>	<p>* Neste parágrafo, Rui Barbosa estabelece uma relação entre o nome da revista e o elemento químico rádio, que fora descoberto em 1898 e isolado do mineral pechblenda (uraninita) em 1902, pelo casal Pierre e Marie Curie. Nas primeiras décadas do século XX, considerava-se, principalmente na Europa, que o elemento radioativo rádio, por emanar energia e luminosidade, tinha propriedades ligadas à beleza, ao rejuvenescimento, trazendo à pessoa dentes e pele radiantes, por exemplo. Na época, muitos produtos farmacêuticos, de higiene e de beleza franceses foram produzidos utilizando fração deste elemento químico ou alegando (enganosamente) conter o elemento na composição dos produtos. Somente depois da segunda metade do século passado é que foram descobertos os malefícios do uso inadequado da energia radioativa para o ser humano. Rui Barbosa utiliza o conceito de rádio à sua época e associa os benefícios então associados a esse elemento aos benefícios que a revista <i>Radium</i> da faculdade de Medicina traria à juventude mineira.</p>

Texto de Rui Barbosa	Nota das editoras
<p>Não fui bem compreendido, entre outros pontos, nos que dizem respeito às circunstâncias da minha expatriação, à minha petição de <i>habeas corpus</i>, em favor das vítimas do incidente Wandenkolk* à arguição de pouca atividade contra um dos meus colegas no Governo Provisório, e aos qualificativos, de “violento e intolerante”, que não assaquei pessoalmente ao sr. conselheiro Afonso Celso, mas à política imperial nos dias do seu governo.</p> <p>(Cartas a <i>O Século e Correio da Manhã. Trabalhos diversos</i>. v. 21, 1894, t. 1 em preparo)</p>	<p>* Refere-se ao caso de Eduardo Wandenkolk, ministro da Marinha e senador brasileiro, que, signatário do Manifesto dos 13 generais (o qual, após a renúncia de Deodoro da Fonseca, exigia a convocação imediata de eleições presidenciais), foi reformado por decreto de Floriano Peixoto, de 7 de abril de 1892, e embora fosse senador da República, foi preso e enviado para Tabatinga, no Amazonas, onde permaneceu detido por algum tempo. Em junho de 1893, Wandenkolk assume o comando do navio <i>Júpiter</i> no porto de Buenos Aires; recebe armas e munições no Uruguai, e junto de Custódio de Melo e outros oficiais, dirige-se para o Sul com o objetivo de se unir aos federalistas gaúchos, em guerra contra o governo do Rio Grande do Sul. O navio foi aprisionado pelo cruzador <i>República</i> no litoral de Santa Catarina. Os 48 civis e os militares a bordo, incluindo Wandenkolk, são presos e o caso ficou conhecido como “incidente Wandenkolk”. Wandenkolk foi levado para a fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. Rui Barbosa impetrhou pedido de <i>habeas corpus</i> junto ao Supremo Tribunal Federal em favor de Wandenkolk e outros presos. O STF negou o pedido. Posteriormente, na presidência de Prudente de Moraes (1894-1898), Eduardo Wandenkolk foi anistiado e retomou sua cadeira no Senado Federal.</p>

Notas literárias:¹⁶

¹⁶ Os dois textos em Exemplo 9 encontram-se em Barbosa (2018, p. 117 e p. 79).

EXEMPLO 9

Texto de Rui Barbosa	Nota das editoras
<p>Foi para esses inconscientes que G. Sand escreveu a frase: “<i>Je déclare infâme ou absurde l’ homme qui pourra prendre au sérieux l’étude de la chicane</i>”.</p>	<p>* Trata-se de uma frase da obra <i>Horace</i> (1852), de George Sand (pseudônimo de Aurore Dupin, 1804-1876), romancista francesa do Romantismo. Eis a frase na íntegra: “<i>Je déclare infâme ou absurde tout jeune homme qui pourra prendre au sérieux l’étude de la chicane; je le méprise, je le hais!...</i>” (“Declaro infame ou absurdo todo jovem que possa levar a sério o estudo da chicana; eu o desprezo, eu o odeio!...”). A personagem-título do romance faz todo um discurso contra o direito, que considera “<i>un tissu de mensonges</i>” (um tecido de mentiras) e que iguala a “chicana”.</p>
<p>O presidente da República prometeu falar aos seus amigos e tudo fez por si diretamente e por intermédio dos ministros da Justiça e da Fazenda. Conhecendo o dr. Passos a contingência humana, tendo feito a um ministro do Supremo Tribunal o favor de nomear um seu genro empregado da Prefeitura, e tendo um outro ministro preso à melhoria de vencimentos de um filho, também empregado da Prefeitura, não teve escrúpulos e fez o seu trabalho, apaixonadamente, aterrado ante a visão da sombra de Banquo,* OS DEZ CONTOS A PAGAR.</p>	<p>* Banquo é personagem da tragédia <i>Macbeth</i>, de Shakespeare (1564-1616), assassinado por ordem do protagonista, e cuja “sombra” (ou espírito) aparece num banquete, como uma visão, para assombrar Macbeth, que se fizera coroar rei da Escócia.</p>

5. BREVE CONSIDERAÇÃO

A consulta a edições preparadas por diferentes pesquisadores desde 1941 mostra que os critérios são um tanto fluidos, oscilando de acordo com o conhecimento que cada editor tem, de acordo com o acesso a informações relevantes sobre o texto. Observa-se, entretanto, que, em toda a coleção, há a tentativa de manter um equilíbrio entre legibilidade, “sabor” do tempo e erudição.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José Almino de. Deus está no detalhe. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, n. 60, p. 155-174, jul./set. 2009.
- AULETE digital: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Digital, [2004-]. Disponível em: <https://aulete.com.br/> Acesso em: jan. 2025.
- BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1942-2017. Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm> Acesso em: nov. 2024.
- BARBOSA, Rui. *Suplemento 1*: trabalhos jurídicos. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.
- BARBOSA, Rui. *Discursos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. 48, 1921, t. 3).
- BARBOSA, Rui. *Trabalhos jurídicos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: 7 Letras, 2018. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. 28, 1901, t. 2).
- BARBOSA, Rui. *Oração aos moços*. Rio de Janeiro: Editora Nacional; Casa de Rui Barbosa, 1949. Estabelecimento do texto, prefácio e notas por Carlos Henrique da Rocha Lima.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei 3.668, de 30 de setembro de 1941*. Dispõe sobre as Obras Completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3668-30-setembro-1941-413534-publicacaoriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20publica%C3%A7%C3%A3o%20das,que%20lhe%20confere%20o%20art>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937*. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: out. 2024.
- CÂMARA, José Gomes B. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *Trabalhos jurídicos*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1976. (OCRB, v. 23, 1896, t. 4.)
- CÂMARA, José Gomes B. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *Trabalhos jurídicos*. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991. (OCRB, v. 34, 1907, t. 3.)

- CÂMARA, José Gomes B. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *Trabalhos jurídicos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999. (OCRB, v. 42, 1915, t. 3.)
- CINTRA, Wendel Antunes. Liberalismo, justiça e democracia: Rui Barbosa e a crítica à Primeira República Brasileira (1910-1921). *Lua Nova*, São Paulo, n. 99, p. 201-231, 2016.
- DOYLE, Plínio. *Uma vida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Edições Casa de Rui Barbosa, 1999.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Edição e sociabilidades intelectuais*: a publicação das Obras Completas de Rui Barbosa (1930-1949). Belo Horizonte: Autêntica: Editora da UFMG, 2017.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2001.
- LACOMBE, Américo Jacobina. A publicação das Obras Completas de Rui Barbosa. *Anuário Brasileiro de Literatura*: 1943-1944, Rio de Janeiro: Liv. Ed. Zélio Valverde. p. 189-191, 1945.
- MOREIRA, Thiers Martins. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino secundário e superior*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. (OCRB, v. 9, 1882, t. 1).
- NERI, Fernando. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. (OCRB, v. 19, 1891, t. 2)
- OCRB. Ver BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm>. Acesso em: dez. 2024
- VALENÇA, Rachel. A Casa de Rui Barbosa e os estudos sobre a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 21-26.
- SENNA, Marta de. *A retórica das citações*: Machado de Assis e Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/847>. Acesso em: out. 2024.